

**III CONGRESSO INTERNACIONAL
DE DIREITO, POLÍTICAS PÚBLICAS,
TECNOLOGIA E INTERNET**

**TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS, DIREITO E
PROTEÇÃO DE DADOS II**

T255

Tecnologias disruptivas, direito e proteção de dados II [Recurso eletrônico on-line]
organização III Congresso Internacional de Direito, Políticas Públicas, Tecnologia e Internet:
Faculdade de Direito de Franca – Franca;

Coordenadores: Tais Ramos, Caio Augusto Souza Lara e Rubens Beçak – Franca:
Faculdade de Direito de Franca, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-376-3

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Governança, regulação e o futuro da inteligência artificial.

1. Direito. 2. Políticas Públicas. 3. Tecnologia. 4. Internet. I. III Congresso Internacional
de Direito, Políticas Públicas, Tecnologia e Internet (1:2025 : Franca, SP).

CDU: 34

III CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO, POLÍTICAS PÚBLICAS, TECNOLOGIA E INTERNET

TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS, DIREITO E PROTEÇÃO DE DADOS II

Apresentação

Entre os dias 30 de setembro e 3 de outubro de 2025, a Faculdade de Direito de Franca recebeu o III Congresso Internacional de Direito, Políticas Públicas, Tecnologia e Internet. O evento reuniu acadêmicos, profissionais, pesquisadores e estudantes, promovendo o debate interdisciplinar sobre o impacto das inovações tecnológicas no campo jurídico e nas políticas públicas. A programação envolveu Grupos de Trabalho (GTs) organizados para aprofundar temas específicos, abordando desde o acesso à justiça até as complexidades da regulação tecnológica, com ênfase na adaptação do sistema jurídico aos avanços da inteligência artificial e da automação.

O GT 3 discute os impactos das tecnologias destrutivas no campo jurídico, com foco na aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados e nas novas fronteiras da privacidade digital. As apresentações analisam o papel da inovação, da transparência e da responsabilidade jurídica em contextos digitais complexos. O grupo contribui para o debate sobre como a tecnologia pode ser aliada na proteção da dignidade humana e da segurança informacional.

A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

THE PROTECTION OF PERSONAL DATA IN THE ERA OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE

Maria Laura Suanno Contreras
Julia Soares de Oliveira

Resumo

A privacidade é um direito fundamental que garante às pessoas o controle sobre suas informações pessoais, bem como a liberdade de expressão, opinião, associação e participação na vida pública. Diante desse cenário, surge a necessidade de uma proteção jurídica dos dados pessoais na era da inteligência artificial, que seja capaz de garantir os direitos e os interesses dos titulares dos dados, bem como de promover o desenvolvimento responsável e sustentável da IA. A proteção de dados pessoais na era da inteligência artificial (IA) envolve desafios e oportunidades.

Palavras-chave: Dados, Impacto, Lei, Proteção, Privacidade

Abstract/Resumen/Résumé

Privacy is a fundamental right that ensures individuals have control over their personal information, as well as freedom of expression, opinion, association, and participation in public life. In this context, the need arises for legal protection of personal data in the era of artificial intelligence, capable of safeguarding the rights and interests of data subjects, as well as promoting responsible and sustainable development of AI. Protection of personal data in the era of artificial intelligence (AI) involves both challenges and opportunities.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Data, Impact, Law, Protection, Privacy

2. Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar como é possível assegurar a privacidade e segurança de dados pessoais no processamento de dados por IA. Para isso, são abordados os conceitos de dados pessoais, inteligência artificial e privacidade, bem como os principais instrumentos normativos nacionais e internacionais sobre o tema. Em seguida, são apresentados os riscos e os benefícios da utilização da IA para o tratamento dos dados pessoais, destacando-se as questões de transparência, responsabilidade, segurança e discriminação. Por fim, são propostas algumas recomendações para a promoção de uma proteção jurídica efetiva e equilibrada dos dados pessoais na era da IA, baseadas nos princípios de ética, direitos humanos e democracia.

A privacidade é um direito fundamental que garante às pessoas o controle sobre suas informações pessoais, bem como a liberdade de expressão, opinião, associação e participação na vida pública. Assim, a proteção dos dados pessoais é essencial para garantir que as informações pessoais de cada indivíduo permaneçam seguras. Cada um de nós tem o direito de controlar quem tem acesso às nossas informações pessoais e como elas são usadas, evitando o uso indevido e abusivo dos dados pessoais. Desse modo, desenvolve-se os objetivos específicos, quais sejam compreender como acontece o processamento de dados pessoais na IA identificar as legislações que tratam sobre a coleta de dados e analisar decisões administrativas que envolvem dados pessoais e IA.

Diante desse cenário, surge a necessidade de uma proteção jurídica dos dados pessoais na era da inteligência artificial, que seja capaz de garantir os direitos e os interesses dos titulares dos dados, bem como de promover o desenvolvimento responsável e sustentável da IA. Para isso, o presente projeto fará uma pesquisa bibliográfica, analisando leis (como a LGPD), artigos científicos e livros sobre a IA na atualidade para embasar a pesquisa, além disso, é feita uma investigação documental através de revistas, relatórios, jurisprudências e a legislação vigente.

3. Processamento de Dados Pessoais na Inteligência Artificial

Os dados pessoais, como define a LGPD, são informações que permitem identificar você como pessoa, seja diretamente (nome completo, CPF) ou indiretamente (endereço de IP, histórico de compras). Geralmente, fornecemos dados como nome, RG, CPF, data de nascimento, gênero, endereço, telefone, além de dados bancários, cartão de crédito e outros dados como localização via GPS, fotos, histórico de navegação, cookies. Esses dados são cada vez mais coletados, armazenados, processados e compartilhados por diversos agentes públicos e privados, com finalidades variadas, tais como prestação de serviços, publicidade, pesquisa, segurança, saúde, educação, entretenimento, etc.

Já a inteligência artificial (IA), é um ramo da ciência da computação que busca criar sistemas capazes de realizar tarefas que normalmente exigiriam inteligência humana, tais como reconhecimento de voz, imagem e texto, tradução, diagnóstico, tomada de decisão, aprendizado, etc. A IA utiliza algoritmos e técnicas de aprendizado de máquina (machine learning) para analisar grandes volumes de dados (big data) e extrair padrões,

insights e previsões, que podem ser usados para otimizar processos, personalizar produtos e serviços, gerar inovação e solucionar problemas.

Com isso, a relação entre dados pessoais, inteligência artificial e privacidade é complexa e dinâmica, envolvendo diversos aspectos técnicos, jurídicos, éticos e sociais. Por um lado, a IA pode contribuir para a proteção dos dados pessoais, por meio de ferramentas que garantem a anonimidade, criptografia, consentimento, auditoria, etc. Por outro lado, a IA pode representar uma ameaça à privacidade, por meio de práticas de coleta, uso e compartilhamento de dados pessoais sem o conhecimento ou o consentimento dos titulares, ou com finalidades abusivas, ilegais ou discriminatórias.

Apesar de estar cada vez mais próxima dos comportamentos humanos a IA é apenas uma máquina, portanto a leitura dos dados através da IA não contém contextualização, isto é, é feita apenas por padrões pré-estabelecidos, podendo tomar decisões incorretas e fragilizar a segurança de dados. Ademais, segundo profissionais da área a dependência de IA também aumenta a complexidade das tarefas de governança de dados, pois isso requer uma supervisão contínua e detalhada, feita por pessoas, para evitar erros ou falhas que possam comprometer a conformidade legal.

Diante disso, preocupações quanto ao uso seguro e adequado dos dados se fazem necessárias. Ademais, é necessário compreender que a sua disponibilidade indevida pode favorecer a identificação de um indivíduo, sendo necessário a proteção da privacidade e garantia das liberdades individuais.

De acordo com Luz e Loreiro (2018, p. 74): “Proteger a privacidade, nessa perspectiva, tornouse um mecanismo imprescindível na garantia da liberdade e da autonomia privada frente às intervenções do Estado e da sociedade como um todo”.

Para garantir o funcionamento adequado da IA e promover a proteção de dados de acordo com o que a nossa legislação prevê é preciso que a coleta de dados seja feita de forma ética e em conformidade com a LGPD, que haja certificação de que foram coletados somente os dados necessários, que sejam utilizadas técnicas de anonimização e criptografia para proteger os dados pessoais, que os riscos sejam revisados e avaliados regularmente, além disso, as decisões devem ser tomadas rapidamente para reduzir os riscos identificados pela IA e promover a conscientização sobre os riscos de segurança e privacidade de dados.

4. Leis e Regulamentações que envolvem proteção de dados e IA

As leis e regulamentos desempenham um papel fundamental na proteção da privacidade dos dados na era da Inteligência Artificial (IA). Elas fornecem um quadro legal que orienta como os dados pessoais devem ser coletados, armazenados, processados e compartilhados, e estabelecem as responsabilidades das organizações que lidam com esses dados.

Em resposta à crescente necessidade de proteger a privacidade dos dados, vários países têm instituído leis e regulamentos rigorosos, que visam garantir que as organizações tratem os dados pessoais de maneira responsável e transparente. Como, por exemplo, o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) do Brasil, que são leis que estabelecem regras

claras sobre como os dados pessoais podem ser usados, e dão aos indivíduos direitos significativos sobre seus dados, incluindo o direito de acessar seus dados, corrigi-los e, em algumas circunstâncias, apagá-los.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, é uma lei brasileira que entrou em vigor em setembro de 2020. Ela estabelece regras para o tratamento de dados pessoais, incluindo a coleta, armazenamento, uso e compartilhamento dessas informações, bem como direitos dos titulares dos dados, tais como o direito de acesso, correção e exclusão de dados. A mesma se aplica a todas as empresas, públicas ou privadas, que operam no Brasil e que lidam com dados pessoais. Sua aplicação está direcionada tanto para os órgãos públicos quanto para as empresas privadas. Depois de sancionada, a LGPD estabeleceu a sua vigência após o período de dois anos, ou seja, a partir de 14 de agosto de 2020, este prazo foi necessário para que todas as instituições pudessem implementá-la e proceder os ajustes e as adequações necessárias. “Transparência ao armazenamento, ao tratamento e à disponibilização de dados pessoais das cidadãs e cidadãos, seja pelas empresas de redes sociais e outras entidades privadas, seja pelo próprio poder público”. (Bernardi et al., 2022, p. 110).

5. Conclusão

Portanto, A proteção de dados pessoais na era da inteligência artificial (IA) é um tema crucial que envolve desafios e oportunidades. A IA, com sua capacidade de processar grandes volumes de dados, exige regulamentações e práticas que garantam a privacidade e segurança dos dados, ao mesmo tempo em que promove a inovação. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil, e regulamentações similares em outros países, estabelecem diretrizes para o tratamento de dados pessoais, incluindo aqueles utilizados em sistemas de IA.

Neste artigo, são explorados os desafios da proteção de dados na era da IA, destacando as principais ameaças, como a falta de transparência na coleta de informações e os riscos de ataques cibernéticos. Além disso, analiso as perspectivas futuras desse tema, abordando soluções inovadoras que podem garantir um equilíbrio entre inovação tecnológica e segurança digital. De modo que, a proteção da privacidade e dos dados pessoais é de essencial importância em um mundo cada vez mais interconectado, não obstante, ainda seja tema que necessite se enraizar e consolidar na sociedade.

Assim, a Inteligência Artificial está redefinindo a maneira como coletamos, armazenamos e utilizamos dados. No entanto, à medida que essa tecnologia evolui, cresce também a preocupação com a privacidade e a segurança das informações pessoais. O futuro da proteção de dados na IA será um campo de constantes adaptações, impulsionado pelo avanço da regulamentação, pela necessidade de maior transparência e pela busca por um equilíbrio entre inovação e direitos individuais.

Diante desse cenário, exigirão abordagens inovadoras, desde a criação de sistemas mais transparentes e auditáveis até o desenvolvimento de mecanismos que permitam maior controle dos indivíduos sobre suas próprias informações.

A evolução da Inteligência Artificial não pode ocorrer sem um compromisso sólido com a proteção da privacidade, pois os impactos dessa revolução digital moldarão não apenas os setores econômicos e governamentais, mas a própria estrutura da sociedade. O verdadeiro desafio do futuro será garantir que a IA trabalhe a favor dos indivíduos e não contra eles, criando um ambiente de confiança digital onde inovação e segurança possam coexistir.

6. Referencias

O que são dados pessoais? Disponível em: <<https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-estimativa-de-contas/lei-geral-de-privacidade-de-dados/o-que-sao-dados-pessoais>>.

A Inteligência Artificial e a Privacidade de Dados: Entenda a relação - Peduti Advogados. Disponível em: <<https://blog.peduti.com.br/ia-e-privacidade-de-dados/>>.

SUSIELEN. Impacto da IA na gestão de dados pessoais. Disponível em: <<https://permeets.com/impacto-da-ia-na-gestao-de-dados-pessoais>>. Acesso em: 19 jun. 2025.

SUSIELEN. Impacto da IA na gestão de dados pessoais. Disponível em: <<https://permeets.com/impacto-da-ia-na-gestao-de-dados-pessoais>>. Acesso em: 19 jun. 2025.

IA na segurança e privacidade de dados: entenda os riscos! Disponível em: <<https://www.zendesk.com.br/blog/ia-na-seguranca-e-privacidade-de-dados/>>.

GOV.BR. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: <<https://www.gov.br/esporte/pt-br/acesso-a-informacao/lgpd>>.

FERNANDES, O. Proteção de Dados Pessoais na Era da Inteligência Artificial: Desafios e Perspectivas Futuras. Disponível em: <<https://okai.com.br/blog/protecao-de-dados-pessoais-na-era-da-inteligencia-artificial-desafios-e-perspectivas-futuras>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

NA. A proteção dos dados pessoais na era da IA - Migalhas. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/411814/a-protecao-dos-dados-pessoais-na-era-da-ia>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MENDES, L. Proteção de Dados Pessoais: avanços, desafios e o impacto da inteligência artificial. Disponível em: <<https://portal.pucrs.br/noticias/inovacao/protecao-de-dados-pessoais-avancos-desafios-e-o-impacto-da-inteligencia-artificial>>.

Inteligência Artificial em Proteção de Dados: Impactos da Tecnologia no Trabalho dos DPOs. Disponível em: <<https://lec.com.br/inteligencia-artificial-em-protecao-de-dadosimpactos-da-tecnologia-no-trabalho-dos-dpos/>>.